



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

90007/2026

**CONTRATANTE**

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania

**OBJETO**

Contratação de Serviço de mobilidade para comunicação de voz e dados móveis, com smartphones em comodato, para atendimento ao Conselho Tutelar do município. Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$: 114.840,00 (Cento e quatorze mil, oitocentos e quarenta reais)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

15/05/2026 às 10:00h.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço global

**MODO DE DISPUTA**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2025**

**(Processo Administrativo nº. 8391/2025-E)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Queimados, por meio da Comissão Permanente de Licitações, Materiais e Obras (CPLMSO), sediado a Rua Mário Pati Júnior 164-338, Fanchem - Queimados, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais 2.893/2023, 2.895/2023 todos de 09/03/2023, e demais legislação aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de Serviço de mobilidade para comunicação de voz e dados móveis, com smartphones em comodato, para atendimento ao Conselho Tutelar do município. Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. Da Participação na Licitação**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2. e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 3.7.2. e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

2.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 6.1.1 e 6.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 ou o 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras: 3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado: 3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e 3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

---

#### 4. Do Preenchimento da Proposta

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: 4.1.1. Valor unitário para o item e valor total para o item. 4.1.2. Marca; 4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante. 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas; 4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

---

## 5. Da Abertura da Sessão, Classificação da Propostas e Formulação de Lances

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. 5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários. 5.10.3. Não havendo novos





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação. 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. 5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. Empresas brasileiras; 5.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

5.18.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

5.18.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

---

## 6. Da Fase de Julgamento

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: 6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.3. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

6.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

---

## 7. Da Fase de Habilitação

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.4. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.5. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. Reajuste**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, descrito no processo licitatório.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. Dos Recursos**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**9.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**9.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **10. Das Infrações Administrativas e Sanções**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**10.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**10.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**10.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**10.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

- 10.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5.** Fraudar a licitação;
- 10.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 10.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 10.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 10.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 10.2.1.** Advertência;
  - 10.2.2.** Multa;
  - 10.2.3.** Impedimento de licitar e contratar; e
  - 10.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 10.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 10.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;
  - 10.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 10.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 10.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**10.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**10.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**10.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**10.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**10.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento**

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: [cplmso.semec@queimados.rj.gov.br](mailto:cplmso.semec@queimados.rj.gov.br).

**11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**11.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**12. Das Disposições Gerais**

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.queimados.rj.gov.br/?serv=4>.

**12.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**12.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência

**12.11.1.1.** Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

**12.11.2.** ANEXO II – Planilha de preços Máximos

**12.11.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

**12.11.4.** ANEXO IV – Modelo de Declaração de Ausência de Parentesco

**12.11.5.** ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviço de mobilidade para comunicação de voz e dados móveis, com smartphones em comodato, para atendimento ao Conselho Tutelar do município, nos termos da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	UNDADE	QUANTIDADE
Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	Assinatura	5

##### 1.1.1 DA TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO EM FUNÇÃO DO CONSUMO E DAS QUANTIDADES

**ESTIMADAS:** A metodologia usada para a apuração da quantidade de aparelhos telefônicos da planilha acima se deu e se justifica pela necessidade de atendermos à demanda de comunicação dos 05 (cinco) conselheiros tutelares do município de Queimados, visto que cada um dos conselheiros receberá um aparelho para seu uso pessoal e irrestrito em suas respectivas funções regulamentares dentro do Conselho Tutelar

1.2. O serviço objeto desta contratação é de natureza comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do memorando de início, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. A prorrogação do contrato estará condicionada à verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o objeto se caracteriza como serviço de natureza continuada em função da sua essencialidade e habitualidade para funcionamento do Conselho Tutelar, sendo certo que sua eventual paralisação e/ou descontinuidade poderá implicar prejuízos às atividades finalísticas e o comprometimento do cumprimento da missão protetiva e garantidora de direitos do Conselho Tutelar.

1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação e descrição da necessidade encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Requisitos tecnológicos**

Para a adequada prestação do serviço de mobilidade, a contratada deverá:

- 3.2. Garantir a manutenção da habilitação individual dos acessos móveis;
- 3.3. Permitir a portabilidade numérica dos números utilizados;
- 3.4. Fornecer os aparelhos, em comodato, compatíveis com sua rede móvel, em quantidade compatível com a demanda do contratante.
- 3.5. Disponibilizar os seguintes serviços, sem custos adicionais:
  - 3.5.1. Roaming nacional de forma automática, sem custo adicional e sem necessidade de habilitação específica em qualquer região do território nacional.
  - 3.5.2. Chamada em espera
  - 3.5.3. Desvio de chamada
  - 3.5.4. Consulta
  - 3.5.5. Conferência
  - 3.5.6. Identificação de chamadas
  - 3.5.7. Correio de voz
  - 3.5.8. Ícones de serviços como SMS e caixa postal
  - 3.5.9. Recebimento de chamadas a cobrar
  - 3.5.10. Habilitação da linha
  - 3.5.11. Escolha ou troca de número
  - 3.5.12. Atendimento a ocorrências de clonagem e respectivas sindicâncias
  - 3.5.13. Bloqueio por extravio ou roubo e cancelamento da linha
  - 3.5.14. Reativação de número
  - 3.5.15. Secretária eletrônica
  - 3.5.16. Chamadas adicionais
  - 3.5.17. Atendimento em situações de deslocamento
  - 3.5.18. Disponibilização de ferramenta online para consulta detalhada das faturas e consumo, com acesso para os gestores e fiscais do contrato.
- 3.6. O serviço deverá operar, no mínimo, em tecnologia 4G, devendo estar plenamente funcional em até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato.

### **Características das linhas móveis**

- 3.7. Prestação de contas: A empresa deverá fornecer relatórios mensais detalhados sobre recargas, saldo disponível e utilização dos cartões.
- 3.8. Assinatura mensal de linha de voz com ligações locais ilimitadas para qualquer operadora.
- 3.9. Recebimento de chamadas a cobrar
- 3.10. Envio ilimitado de mensagens SMS
- 3.11. Roaming nacional com franquia mensal ilimitada
- 3.12. Acesso à internet móvel com franquia mínima de 10 GB por mês.

### **Dispositivos móveis**

- 3.13. Os dispositivos móveis deverão ser fornecidos em regime de comodato
- 3.14. Os dispositivos deverão operar com a tecnologia mais recente comercializada pela operadora na área de cobertura local
- 3.15. Os dispositivos não deverão constar na lista de equipamentos em processo de descontinuação pelo fabricante
- 3.16. Os dispositivos deverão ser novos, sem uso prévio, homologados pela ANATEL
- 3.17. Não serão aceitos equipamentos usados, recondicionados ou com adaptações externas/internas.
- 3.18. Em caso de defeito de fabricação, os dispositivos e acessórios deverão ser substituídos por outros novos, originais, da mesma marca e modelo ou superior.
- 3.19. Em caso de perda, roubo, furto, extravio ou dano irreparável, a contratada deverá:
  - 3.19.1. Suspender e/ou bloquear o serviço imediatamente após a comunicação do contratante
  - 3.19.2. Realizar a reposição do aparelho em até 10 (dez) dias corridos, após notificação formal da equipe de fiscalização.
  - 3.19.3. Prestar suporte para habilitação, configuração e manutenção sem custo adicional;
- 3.20. Os dispositivos deverão ser recolhidos pela Contratada, no estado em que se encontrarem, em até 90 dias após o término do contrato ou por ocasião de substituição.

### **Especificações mínimas dos dispositivos móveis:**

- 3.21. Tela de no mínimo 5,5 polegadas
- 3.22. Resolução mínima de 1080 x 2400 pixels
- 3.23. Tecnologia GSM / HSPA / LTE
- 3.24. Armazenamento interno mínimo de 64 GB e memória RAM de no mínimo 4 GB
- 3.25. Tela com tecnologia Super AMOLED ou OLED
- 3.26. Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac
- 3.27. Conector USB tipo C 2.0



- 3.28. Dual SIM (entrada para dois chips)
- 3.29. Suporte a carregamento rápido de 20W
- 3.30. Bateria mínima de 4.500 mAh
- 3.31. Aparelhos nas cores preta, azul ou cinza.

#### **Substituição dos Dispositivos Móveis**

- 3.32. A substituição dos dispositivos deverá ocorrer em virtude da evolução tecnológica, respeitando os requisitos técnicos e considerando os modelos mais atuais da categoria.
  - 3.32.1. A substituição deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a assinatura de Termo Aditivo de prorrogação do contrato, se houver.

#### **Requisitos de Manutenção**

- 3.33. A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento técnico em caso de defeitos nas linhas que impeçam chamadas de voz por:
  - 3.33.1. Telefone (com DDD do RJ ou 0800)
  - 3.33.2. E-mail e/ou sistema online
  - 3.33.3. Receber um número de protocolo
  - 3.33.4. Ter identificação do atendente responsável.
- 3.34. O atendimento deverá funcionar em regime ininterrupto (24h, 7 dias por semana).

#### **Requisitos de Prazo**

- 3.35. A contratada deverá apresentar, em até 2 dias úteis após a assinatura do contrato, os dados do consultor de relacionamento (nome, telefone e e-mail).
- 3.36. As faturas deverão ser entregues em formato digital, com detalhamento acessível por site autenticado, com antecedência mínima de 25 dias antes do vencimento
- 3.37. Até março do ano seguinte, deverá ser entregue a declaração anual de quitação de débitos, conforme Lei nº 12.007/2009.

#### **Requisitos de Segurança da Informação**

- 3.38. A contratada deverá garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações, comprometendo-se a:
  - 3.38.1. Não divulgar, reproduzir ou fornecer a terceiros qualquer informação obtida durante a execução contratual, salvo mediante autorização formal;
  - 3.38.2. Manter o sigilo absoluto de todos os documentos e dados acessados, inclusive por parte de seus profissionais.
  - 3.38.3. Para garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas no âmbito desta contratação, a Contratada deverá observar não apenas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), mas também as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 9.637/2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação. Tais normas orientam a implementação de

controles de segurança, gestão de riscos e boas práticas de governança da informação, assegurando a proteção dos dados pessoais e sensíveis de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar, bem como a conformidade legal e a mitigação de incidentes relacionados à segurança da informação.

#### 3.38.4. Controle de Monitoramento

A Contratada deverá manter registros detalhados (logs) e fornecer relatórios mensais de consumo das linhas móveis e dados móveis contratadas, incluindo, no mínimo:

- Chamadas realizadas e recebidas, com identificação de origem, destino e duração;
- Consumo de dados por linha, detalhando volume utilizado em aplicativos de comunicação e internet;
- Mensagens SMS enviadas e recebidas;
- Incidentes operacionais, como falhas de serviço ou interrupções;
- Registros de ativação, bloqueio, suspensão, substituição ou reposição de dispositivos.

Os relatórios deverão ser disponibilizados em formato digital, acessível ao Gestor e à equipe de fiscalização do contrato, garantindo transparência, controle de uso e segurança da informação, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis.

A não apresentação dos relatórios ou a inconsistência nos dados poderá implicar aplicação das penalidades previstas no contrato.

#### **Critérios de Sustentabilidade**

3.39. Em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, recomenda-se que o fabricante e/ou fornecedor observe os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, sempre que possível:

- 3.39.1. Que os bens fornecidos sejam construídos, total ou parcialmente, por material reciclado, atóxico e/ou biodegradável, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2
- 3.39.2. Que sejam atendidos os requisitos ambientais necessários à obtenção de certificação do INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental, em comparação aos seus similares
- 3.39.3. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricadas com materiais recicláveis, de modo a garantir a proteção durante o transporte e o armazenamento
- 3.39.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração superiores às estabelecidas pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo

hexavalente (Cr(VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### **Subcontratação**

3.40. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.41. Considerando a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de mobilidade para comunicação de voz e dados móveis, com fornecimento de smartphones em regime de comodato, destinados ao atendimento das demandas operacionais do Conselho Tutelar do Município, entende-se necessária a vedação à subcontratação do objeto.

A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do serviço, que exige responsabilidade técnica e operacional direta da empresa contratada, garantindo a adequada prestação dos serviços de telecomunicações, incluindo a disponibilização das linhas móveis com assinatura mensal de voz, ligações locais para qualquer operadora, acesso à internet móvel com franquia mínima mensal de 10 GB, bem como o fornecimento e suporte dos aparelhos celulares em comodato.

A eventual subcontratação poderia dificultar a gestão contratual, o controle da qualidade do serviço prestado e a responsabilização em casos de falhas, especialmente considerando que os equipamentos e as linhas serão utilizados em atividades sensíveis desempenhadas pelo Conselho Tutelar, que demandam comunicação contínua, confiável e disponibilidade permanente.

Ademais, a execução direta pela contratada assegura maior padronização tecnológica, suporte técnico adequado, agilidade na resolução de problemas e manutenção dos aparelhos, evitando fragmentação da prestação do serviço e garantindo maior eficiência administrativa.

Dessa forma, visando resguardar o interesse público, assegurar a qualidade da prestação dos serviços e facilitar a fiscalização e gestão do contrato, estabelece-se a vedação à subcontratação do objeto, devendo a empresa contratada ser a responsável direta pela execução integral dos serviços contratados.

### **Garantia da contratação**

3.42. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

Os serviços de que tratam o item 1 deste Termo de Referência contemplam:

4.1. Linhas telefônicas móveis ativas com cobertura ampla no território municipal, inclusive em áreas periféricas ou rurais, de modo a garantir acesso contínuo, confiável e ininterrupto às comunicações, considerando o regime de plantão 24 horas estabelecido para os conselheiros tutelares.

- 4.2. As linhas deverão estar atreladas a aparelhos celulares funcionais e atualizados, com capacidade técnica mínima para execução de chamadas, acesso à internet móvel (4G/5G), envio de mensagens instantâneas, uso de aplicativos institucionais e recebimento de arquivos e imagens.
- 4.3. Franquia mensal suficiente de dados móveis, bem como minutagem ilimitada para chamadas locais e interurbanas dentro do território nacional
- 4.4. Utilização de aplicativos de mensagens (como WhatsApp ou similares) sem consumo da franquia de dados
- 4.5. Comprovação de regularidade e idoneidade técnica, mediante apresentação de certificações da ANATEL, relatórios de cobertura e canais institucionais de suporte técnico e atendimento
- 4.6. Garantia de funcionamento, manutenção corretiva, troca de chip ou aparelho em caso de defeito e suporte técnico remoto ou presencial, sem ônus adicional
- 4.7. Observação das normas técnicas da ABNT aplicáveis à telefonia e segurança de dados, bem como as exigências previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), especialmente no tocante ao sigilo de informações sensíveis relacionadas às crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar.
- 4.8. Canal de comunicação direto com a contratante, com resposta técnica para ocorrências que comprometam o funcionamento do serviço, além de apresentar manual de uso, termo de responsabilidade e instruções de segurança digital

#### **Condições de entrega**

- 4.9. A entrega dos dispositivos será integral, em parcela única, aptos para instalação e ativação das linhas idealmente no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato.
- 4.10. Os dispositivos deverão ser entregues acompanhados dos respectivos SIM CARDS, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Otília, nº 1496 - Centro - Queimados - RJ - CEP: 26.383-090

4.11. Os dispositivos deverão ser entregues em perfeitas condições, conforme normas e legislações vigentes, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e procedência;

4.12. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da notificação pela contratante, o objeto com avarias ou defeitos.

4.13. Todos os custos referentes à entrega deverão ocorrer por conta da contratada.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

4.14. A garantia dos dispositivos móveis deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.15. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

4.16. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.17. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

#### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos serviços.

5.3. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta contratação, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas e da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.4. Atender às determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE.

5.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo determinado pela Fiscalização.

5.6. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa execução dos serviços

5.7. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante todo prazo de execução contratual.

5.8. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, com as normas da

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato, assim como a substituição dos materiais recusados, sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.9. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução desta contratação, eximindo a CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida.

5.10. Indicar, nas notas fiscais emitidas, o efetivo período do mês que está sendo faturado.

5.11. Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, além de assegurar o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.

5.12. Fornecer atendimento prioritário tanto telefônico quanto endereço eletrônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada com protocolo de atendimento.

5.13. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

5.14. Caso a CONTRATADA venha a disponibilizar nova tecnologia e funcionamento, a CONTRATANTE poderá solicitar a migração, sem ônus, para essa tecnologia, a qualquer tempo, desde que os equipamentos tenham suporte para a mesma. Caso contrário, essa nova tecnologia deverá ser fornecida para incrementos de novos acessos.

5.15. Apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico compatível com *Microsoft Office Excel* ou *OpenOfficeCalc* ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TXT, incluindo detalhes de chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada e outros) e o valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, e quaisquer outras relativas aos serviços de telefonia, tais como impostos e taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

5.16. O detalhamento da fatura dos serviços de chamada de voz deve conter, no mínimo:

- 5.16.1. Área de registro de origem;
- 5.16.2. Área de registro ou localidade de destino;
- 5.16.3. Número chamado e chamador;
- 5.16.4. Data e horário (hora, minuto e segundo) do início da chamada;
- 5.16.5. Duração da chamada (hora, minuto e segundo);
- 5.16.6. Tipo de serviço cobrado (VC1, VC2, VC3 e etc);
- 5.16.7. Valor da chamada, em reais;
- 5.16.8. Registros das ligações custo zero;
- 5.16.9. Todos os tipos de ligações.

5.17. O detalhamento da utilização do serviço de dados também poderá ser solicitado à CONTRATADA esporadicamente, que enviará arquivo em até 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, em formato eletrônico compatível com o descrito no subitem 6.15.

- 5.18. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.
- 5.19. Garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, no mínimo dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- 5.20. Providenciar o serviço referente a bloqueio quando solicitado pela CONTRATANTE. A CONTRATADA não poderá cobrar por ligações e/ou serviços a partir da referida solicitação de bloqueio. Tal cobrança apenas poderá ocorrer quando da solicitação de desbloqueio pela CONTRATANTE e o restabelecimento completo da prestação do serviço pela CONTRATADA.
- 5.21. Atender às solicitações de serviços de habilitação, troca de número, ou qualquer outro tipo de serviço eventualmente solicitado, somente com autorização do gestor do contrato.
- 5.22. No caso de roubo ou furto deverá ser apresentado o Boletim de Ocorrência, onde o equipamento (*chip* e/ou aparelho) deverá ser substituído sem custo para a CONTRATANTE.
- 5.22.1. Deverão ser repostos 60% (sessenta por cento) dos boletins de ocorrência apresentados.
- 5.22.2. Quando o equipamento (*chip* e/ou aparelho) apresentar defeito de fábrica seu reparo ou substituição deverá ser feito dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação à CONTRATADA, e não pode representar nenhum ônus para a CONTRATANTE.
- 5.23. O serviço objeto desta contratação deverá ser disponibilizado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.
- 5.24. Na hipótese de ocorrência de interrupções no recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, conforme o art. 124, da Lei 14133/21.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.3. Notificar a Contratada por escrito ou através de canal de comunicação por voz, envio de e-mail, ou outro meio com evidências passíveis de serem armazenadas, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



- 6.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 6.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

- 7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 7.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);



7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

7.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

7.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Do recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.2. Será considerado para fins de recebimento:

**8.2.1** o serviço que se encontrar em operação atendendo a finalidade a que se destina

**8.2.2** Os aparelhos fornecidos em comodato que atendam à configuração mínima descrita no item 4.20 a 4.30 e que estejam em funcionamento de acordo com as condições estabelecidas.

8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.6. Para efeito de recebimento provisório dos serviços, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**8.6.1** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**8.6.2** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**8.6.3** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

**8.6.4** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**8.6.5** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**8.8.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento

**8.8.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções

**8.8.3** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**8.8.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**8.8.5** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.14.1 o prazo de validade;
- 8.14.2 a data da emissão;
- 8.14.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.14.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.14.5 o valor a pagar; e
- 8.14.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 8.22.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14133/21, deverão ser efetuados no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por

igual período, contados da data da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.23. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos arts. 66, 68, 69 da Lei nº 14.133/2021.

**8.24.1** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.27. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.29. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.33. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.35. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.36. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

8.37.  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será integral

### Exigências de habilitação

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

10.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

10.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

10.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**10.22.1** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**10.22.2** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

**10.22.3** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**10.22.4** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



10.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

10.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

10.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**10.25.1** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.25.1.1. atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços fornecidos, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término;

10.25.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

10.25.1.3. será desconsiderado o atestado apresentado em desacordo com os subitens acima e que não explicitarem as especificações e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

**10.25.2** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**10.25.3** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**10.26.1** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**10.26.2** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**10.26.3** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**10.26.4** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**10.26.5** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**10.26.6** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

**10.26.7** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**11.1.1** Advertência

**11.1.2** Multa

11.2. Pelo atraso no início do objeto do contrato, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, devidamente atualizado, por dia de atraso, independentemente de eventual rescisão contratual, a critério da Administração, nos termos do art. 138, inciso I, da Lei n. 14.133, de 2021;

11.3. Pela rescisão unilateral do contrato pela Contratada, sem justa causa, o que caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, multa de 50% sobre o valor total do Contrato, devidamente atualizado;

11.4. Pelo descumprimento das demais condições fixadas no Termo de Referência e no Contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, para cada evento, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

11.5. A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, ensejando a aplicação de multa ao adjudicatário de 20% (vinte por cento) sobre o valor previsto no Contrato.

11.6. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública por até 5 (cinco) anos e descredenciamento, pelo prazo de até cinco anos, quando:

11.7. Apresentar documentos falsos ou falsificados;

11.8. Praticar atos ilícitos com o objetivo de fraudar a execução do contrato;

11.9. Cometer falhas ou fraudes na execução do contrato;

11.10. Sofrer condenação definitiva pela prática de fraude fiscal; e

11.11. Praticar atos ilícitos que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a União, Estados e Municípios, em especial o Município de Queimados.

11.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

- 11.13. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;
- 11.14. A sanção prevista na alínea “11.1.1”, do subitem 11.1 poderá ser aplicada juntamente com a do inciso “11.1.2”, mediante decisão fundamentada, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 11.15. No caso de aplicações das sanções estabelecidas no subitem 11.1 deste termo de referência, assim são definidas as possíveis faltas cometidas pela contratada:
- 11.16. Faltas Leves: puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada;
- 11.17. Faltas Graves: puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos aos serviços da Administração, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato, notadamente em decorrência de conduta culposa da contratada;
- 11.18. Faltas Gravíssimas: puníveis com a aplicação das penalidades de multas e impedimento de licitar e contratar com a União, Distrito Federal, Estados e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando a execução do contrato em decorrência de conduta culposa ou dolosa da contratada;
- 11.19. Ao longo do período contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade, cujo fato da Administração relevar qualquer falta, não implicará novação.
- 11.20. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo Gestor de Contrato;
- 11.21. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou da garantia prevista no Contrato, ou recolhidas à conta corrente da Administração Pública, através da Secretaria de Fazenda do Município, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de publicação do ato de punição, ou, ainda, quando for o caso, poderão ser cobradas judicialmente, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.22. As atualizações das multas serão feitas com base no IGP-M (FGV).
- 11.23. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Prefeito, devidamente justificado;
- 11.24. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo e sem a devida motivação, devendo a Contratada ser notificada para apresentação defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.
- 11.25. Das penalidades de que tratam o Termo de contrato, cabe recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso.

## 12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O preço total estimado pela Administração para a contratação objeto, é de R\$ 114.840,00 (Cento e quatorze mil, oitocentos e quarenta reais), para um Contrato de 05 (cinco) anos, conforme demonstrado na planilha abaixo.

Descrição	Unidade	Quant	Valor Unitário Mensal	Valor Mensal dos 05 Aparelhos	Valor Anual dos 05 Aparelhos	Valor Total no Período de 05 (cinco) Anos
Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	Assinatura	5	R\$ 382,80	R\$ 1.914,00	R\$ 22.968,00	R\$ 114.840,00

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

**13.1.1** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 36101
- II) Fonte de Recursos: 500
- III) Programa de Trabalho: 14.422.0010.2.002
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39580.00
- V) Ficha: 4333

Queimados, 09 de setembro de 2025.

Elaborado por:

WILZA MOTA VIEIRA  
Coordenadora de SCFV

Acolho, prossiga-se.

EDUARDO LOPES BARBOSA  
Secretário Municipal de Assistência Social

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

# **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Comunicação (Conselho Tutelar)**

**VERSÃO 1.0**

## **1 - INTRODUÇÃO**

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência.

## **2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - OBJETO DEMANDADO**

O Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e essencial ao sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990, art. 131). Sua atribuição central é zelar pelo cumprimento desses direitos, atuando sempre que forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da família, da sociedade ou do Estado (art. 98).

O artigo 136 do ECA prevê atribuições de caráter protetivo e resolutivo, que exigem disponibilidade permanente dos conselheiros, inclusive em regime de plantão, diante de situações urgentes como violência doméstica, maus-tratos, abandono, exploração sexual, evasão escolar ou uso de substâncias psicoativas. Para garantir resposta imediata, é indispensável que os conselheiros disponham de meios institucionais próprios de comunicação.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta, os direitos de crianças e adolescentes. Já o artigo 134 do ECA determina que a lei municipal deve garantir infraestrutura e condições adequadas ao pleno funcionamento do Conselho Tutelar, o que inclui recursos tecnológicos e logísticos que viabilizem a comunicação efetiva com a população e a rede de proteção.

Nesse sentido, a Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) reforça que o atendimento deve ocorrer de

forma ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana), exigindo que os conselheiros estejam acessíveis mesmo fora do expediente regular.

Portanto, a disponibilização de linhas de telefonia móvel institucional, acompanhadas de aparelhos celulares em comodato e demais canais de comunicação digital, constitui condição indispensável para a atuação eficiente do Conselho Tutelar.

Garantir ao Conselho Tutelar meios institucionais de contato direto com a sociedade e com os serviços públicos relacionados à infância e juventude é mais do que uma questão de logística trata-se de uma obrigação do poder público para assegurar a efetividade do sistema de garantias de direitos, conforme previsto no ECA e demais normativas vigentes. Negar ou negligenciar essa estrutura compromete diretamente a proteção de crianças e adolescentes e constitui violação indireta de direitos fundamentais.

### **3- ÁREA REQUISITANTE**

**Área requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)

**Responsável:** Eduardo Lopes Barbosa

### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para que o objeto da contratação — fornecimento de meios de comunicação próprios ao Conselho Tutelar, atenda plenamente à necessidade identificada, faz-se necessário observar um conjunto de requisitos técnicos e operacionais que assegurem a eficácia, a continuidade e a legalidade da atuação do órgão, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), pela Constituição Federal de 1988 (art. 227) e pela Resolução nº 170/2014 do CONANDA.

Em primeiro lugar, a solução contratada deverá incluir a disponibilização de linhas telefônicas móveis ativas com cobertura ampla no território nacional, inclusive em áreas periféricas ou rurais, de modo a garantir acesso contínuo, confiável e ininterrupto às comunicações, considerando o regime de plantão 24 horas estabelecido para os conselheiros tutelares. As linhas deverão estar atreladas a aparelhos celulares funcionais e atualizados, com capacidade técnica mínima para execução de chamadas, acesso à internet móvel (4G/5G), envio de mensagens instantâneas, uso de aplicativos institucionais e recebimento de arquivos e imagens, o que é essencial para a dinâmica do trabalho.



Além disso, os planos contratados deverão prever franquia mensal suficiente de dados móveis, bem como minutagem ilimitada para chamadas locais e interurbanas dentro do território nacional, a fim de viabilizar o contato entre conselheiros, a rede de proteção e demais órgãos públicos, como CRAS, CREAS, Ministério Público, Delegacia Especializada, Unidades de Saúde e instituições de acolhimento. É recomendável que o pacote contemple ainda a utilização de aplicativos de mensagens (como WhatsApp ou similares) sem consumo da franquia de dados, considerando que este é um dos principais meios de comunicação atualmente utilizados pelas instituições e pela população.

No tocante à qualidade do serviço, a contratada deverá comprovar regularidade e idoneidade técnica, mediante apresentação de certificações da ANATEL, relatórios de cobertura e canais institucionais de suporte técnico e atendimento. O fornecimento deverá obedecer aos prazos estabelecidos para instalação e ativação das linhas idealmente, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato e deverá incluir garantia de funcionamento, manutenção corretiva, troca de chip e aparelho em caso de defeito e suporte técnico remoto ou presencial, sem ônus adicional para a administração pública.

No que diz respeito à sustentabilidade ambiental, os aparelhos e acessórios fornecidos deverão observar critérios de eficiência energética (selo Procel ou similar), baixo impacto ambiental e destinação ambientalmente adequada de equipamentos inservíveis. Sempre que possível, recomenda-se que a contratada comprove adoção de práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento e descarte de eletrônicos, alinhando-se às diretrizes da Agenda 2030 da ONU e às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

É ainda necessário garantir que a contratação observe as normas técnicas da ABNT aplicáveis à telefonia e segurança de dados, bem como as exigências previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), especialmente no tocante ao sigilo de informações sensíveis relacionadas às crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar.

Por fim, a empresa contratada deverá manter canal de comunicação direto com a contratante, com resposta técnica para ocorrências que comprometam o funcionamento do serviço, além de apresentar manual de uso, termo de

responsabilidade e instruções de segurança digital para os servidores designados. Esses requisitos asseguram a funcionalidade, o desempenho esperado e a efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício do atendimento contínuo e humanizado às demandas do Conselho Tutelar.

Além desses requisitos apresentados, informamos que outros requisitos serão detalhados no Termo de Referência, abrangendo aspectos legais estabelecidos na lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar a aplicação efetiva dos critérios legais e a incorporação de ações socioambientais, especialmente no que tange à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos procedimentos licitatórios da Administração Pública.

Em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da instrução normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, recomenda-se que o fabricante e/ou fornecedor observe os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, sempre que possível:

- 1- Que os bens fornecidos sejam construídos, total ou parcialmente, por material reciclado, atóxico e/ou biodegradável, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 2- Que sejam atendidos os requisitos ambientais necessários à obtenção de certificação do INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental, em comparação aos seus similares;
- 3- Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricadas com materiais recicláveis, de modo a garantir a proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração superiores às estabelecidas pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### **4.1 – Requisitos Tecnológicos (Serviço de Mobilidade)**

##### **4.1.1 – Descrição**

Para a adequada prestação do serviço de mobilidade, a contratada deverá:

- Garantir a manutenção da habilitação individual dos acessos móveis;
- Permitir a portabilidade numérica dos números utilizados;
- Fornecer os aparelhos, em comodato, compatíveis com sua rede móvel, em quantidade compatível com a demanda do contratante.

O roaming nacional deverá ocorrer de forma automática, sem custo adicional e sem necessidade de habilitação específica em qualquer região do território nacional.

Além disso, a contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços, sem custos adicionais:

- Chamada em espera;
- Desvio de chamada;
- Consulta;
- Conferência;
- Identificação de chamadas;
- Correio de voz;
- Ícones de serviços como SMS e caixa postal;
- Recebimento de chamadas a cobrar.
- Habilitação da linha;
- Escolha ou troca de número;
- Atendimento a ocorrências de clonagem e respectivas sindicâncias;
- Bloqueio por extravio ou roubo e cancelamento da linha;
- Reativação de número;
- Secretária eletrônica;
- Chamadas adicionais;
- Atendimento em situações de deslocamento;
- Disponibilização de ferramenta online para consulta detalhada das faturas e consumo, com acesso para os gestores e fiscais do contrato.

O serviço deverá operar, no mínimo, em tecnologia 4G, devendo estar plenamente funcional em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

#### **4.1.2 – Características das Linhas Móveis**

A contratada deverá fornecer serviços de mobilidade com as seguintes características mínimas:

- Assinatura mensal de linha de voz com ligações locais ilimitadas para qualquer operadora;
- Recebimento de chamadas a cobrar;
- Envio ilimitado de mensagens SMS;
- Roaming nacional com franquia mensal ilimitada;
- Acesso à internet móvel com franquia mínima de 10 GB por mês.

#### **4.2 – Dispositivos Móveis**

Todos os dispositivos móveis deverão ser entregues à equipe de fiscalização de contratos da SEMAS, com a qual também serão tratadas eventuais ocorrências e substituições.

Os equipamentos, fornecidos em regime de comodato, deverão:

- Operar com a tecnologia mais recente comercializada pela operadora na área de cobertura local;
- Não constar na lista de equipamentos em processo de descontinuação pelo fabricante;
- Ser novos, sem uso prévio, homologados pela ANATEL;
- Não serão aceitos equipamentos usados, recondicionados ou com adaptações externas/internas.

Em caso de defeito de fabricação, os dispositivos e acessórios deverão ser substituídos por outros novos, originais, da mesma marca e modelo ou superior.

Em caso de perda, roubo, furto, extravio ou dano irreparável, a contratada deverá:

- Suspender e/ou bloquear o serviço imediatamente após a comunicação do contratante;
- Realizar a reposição do aparelho em até 10 (dez) dias corridos, após notificação formal da equipe de fiscalização.

- Prestação de suporte para habilitação, configuração e manutenção sem custo adicional;
- Recolhimento dos dispositivos no estado em que se encontrarem em até 90 dias após o término do contrato ou por ocasião de substituição.

#### **4.2.1- Especificações mínimas dos dispositivos móveis:**

- Tela de no mínimo 5,5 polegadas;
- Resolução mínima de 1080 x 2400 pixels;
- Tecnologia GSM / HSPA / LTE;
- Armazenamento interno mínimo de 64 GB e memória RAM de no mínimo 4 GB;
- Tela com tecnologia Super AMOLED ou OLED;
- Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac;
- Conector USB tipo C 2.0;
- Dual SIM (entrada para dois chips);
- Suporte a carregamento rápido de 20W;
- Bateria mínima de 4.500 mAh;
- Aparelhos nas cores preta, azul ou cinza.

#### **4.2.2 – Substituição dos Dispositivos Móveis**

A substituição dos dispositivos deverá ocorrer em virtude da evolução tecnológica, respeitando os requisitos técnicos e considerando os modelos mais atuais da categoria.

Deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a assinatura de Termo Aditivo de prorrogação do contrato, se houver.

#### **4.3 – Requisitos de Treinamento (Capacitação)**

Não será exigido treinamento aos usuários do serviço contratado.

#### **4.3.1 – Requisitos Legais, Sociais e Ambientais**

A empresa licitante deverá observar:

- A habilitação jurídica (conforme art. 66 da Lei nº 14.133/2021);
- A regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária (art. 68 da mesma lei).
- O decreto Municipal nº 2.892/2023, que regulamenta contratações no âmbito municipal;
- A CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);
- A Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- IN IBAMA nº 8/2012, para o descarte ambientalmente adequado de pilhas e baterias;
- A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), especialmente quanto ao tratamento e finalidade dos dados pessoais acessados ou tratados.

#### **4.3.2 – Requisitos de Manutenção**

A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento técnico em caso de defeitos nas linhas que impeçam chamadas de voz por:

- Telefone (com DDD do RJ ou 0800),
- E-mail e/ou sistema online.
- Receber um número de protocolo;
- Ter identificação do atendente responsável.
- O atendimento deverá funcionar em regime ininterrupto (24h, 7 dias por semana).

#### **4.3.3 – Requisitos de Prazo**

- A contratada deverá apresentar, em até 2 dias úteis após a assinatura do contrato, os dados do consultor de relacionamento (nome, telefone e e-mail);
- As faturas deverão ser entregues em formato digital, com detalhamento acessível por site autenticado, com antecedência mínima de 25 dias antes do vencimento;

- Até março do ano seguinte, deverá ser entregue a declaração anual de quitação de débitos, conforme Lei nº 12.007/2009.

#### **4.3.4 – Requisitos de Segurança da Informação**

A contratada deverá garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações da SEMAS, comprometendo-se a:

- Não divulgar, reproduzir ou fornecer a terceiros qualquer informação obtida durante a execução contratual, salvo mediante autorização formal;
- Manter o sigilo absoluto de todos os documentos e dados acessados, inclusive por parte de seus profissionais.
- Para garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas no âmbito desta contratação, a Contratada deverá observar não apenas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), mas também as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 9.637/2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação. Tais normas orientam a implementação de controles de segurança, gestão de riscos e boas práticas de governança da informação, assegurando a proteção dos dados pessoais e sensíveis de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar, bem como a conformidade legal e a mitigação de incidentes relacionados à segurança da informação.

#### **4.3.5 – Controle de Monitoramento**

A Contratada deverá manter registros detalhados (logs) e fornecer relatórios mensais de consumo das linhas móveis e dados móveis contratadas, incluindo, no mínimo:

- Chamadas realizadas e recebidas, com identificação de origem, destino e duração;
- Consumo de dados por linha, detalhando volume utilizado em aplicativos de comunicação e internet;
- Mensagens SMS enviadas e recebidas;



- Incidentes operacionais, como falhas de serviço ou interrupções;
- Registros de ativação, bloqueio, suspensão, substituição ou reposição de dispositivos.

Os relatórios deverão ser disponibilizados em formato digital, acessível ao Gestor e à equipe de fiscalização do contrato, garantindo transparência, controle de uso e segurança da informação, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis.

A não apresentação dos relatórios ou a inconsistência nos dados poderá implicar aplicação das penalidades previstas no contrato

## 5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Como não houve alteração na quantidade de Conselheiros Tutelares no município, a demanda permanece a mesma de processos anteriores, ou seja, 5 (cinco) linhas móveis e 5 (cinco) smartphones conforme demonstrado na planilha abaixo:

DESCRIÇÃO	UND	QUANTID
Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	Assinatura	5

## 6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Verificando a melhor maneira de escolher com viabilidade de mercado, promovendo o melhor aparelhamento tecnológico, efetuamos um comparativo entre as duas soluções abaixo:

- a) Comprar 5 (cinco) aparelhos telefônicos mais as assinaturas mensais de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB;
- b) Abrir um processo para contratação de Empresa especializada para assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de 05 (cinco) SMARTPHONE em comodato;

Considerando o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificando técnica e economicamente, seguem a análise das duas soluções apresentadas:

**Solução a)** Considera-se inviável a aquisição de aparelhos celulares (compra) e contratações individuais dos planos de telefonia. Tal medida revela-se mais onerosa, uma vez que, além do alto custo inicial de aquisição dos equipamentos, haveria despesas recorrentes relacionadas à manutenção dos dispositivos e à gestão das linhas telefônicas.

Destaca-se que a tecnologia de telefonia móvel avança rapidamente, tornando os aparelhos suscetíveis à obsolescência em curto espaço de tempo, o que exigiria substituições frequentes, aumentando ainda mais os gastos públicos. Ademais, qualquer necessidade de reparo ou manutenção implicaria na abertura de novos processos administrativos, seja para contratação de serviços técnicos, seja para aquisição de peças ou novos aparelhos, ampliando a carga processual e gerando maiores custos operacionais.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição de aparelhos celulares mais à contratação de planos de telefonia individuais não se mostra vantajosa, nem atende aos princípios da economicidade, eficiência e racionalização dos gastos públicos, sendo recomendável a adoção de alternativas menos onerosas e operacionalmente mais simples para atender às necessidades administrativas.

**Solução b)** Se optarmos em contratar especializada para assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de 05 (cinco) SMARTPHONE em comodato, com toda responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva, sob a responsabilidade da empresa contratada, que será a responsável em manter todas as linhas e aparelhos em pleno funcionamento.

A contratação de empresa especializada para o **fornecimento de aparelhos telefônicos em regime de comodato**, com **linhas telefônicas já incluídas**, apresenta-se como a alternativa **mais ágil, eficiente e vantajosa** para a Administração Pública.

Tal modalidade elimina a necessidade de aquisição direta de aparelhos, evitando que o ente público arque com o ônus de manter equipamentos que, em razão da **rápida evolução tecnológica**, tornam-se **obsoletos em curto prazo**. No regime de comodato, cabe à contratada realizar a **substituição periódica** dos aparelhos, garantindo que a Administração disponha sempre de dispositivos atualizados e compatíveis com as demandas de serviço.

Adicionalmente, eventuais ocorrências de **perda, furto, dano ou defeito irreparável** não acarretam custos adicionais para o órgão contratante, uma vez que

a empresa contratada é responsável pela **reposição dos aparelhos**, assegurando continuidade na prestação dos serviços sem necessidade de abertura de novos processos para reparo ou compra.

A contratação com **linhas telefônicas já integradas ao serviço** também reduz procedimentos administrativos, pois dispensa a realização de múltiplos processos para aquisição de aparelhos, contratação de operadora, gestão de planos e contratação de serviços de manutenção.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação de empresa para fornecimento de telefones em comodato com linhas telefônicas inclusas **atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público**, configurando-se como a opção mais vantajosa para a Administração.

## 7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O preço total estimado pela Administração para a contratação objeto desse ETP, é de R\$ 90.300,00 (noventa mil e trezentos reais), para um Contrato de 05 (cinco) anos, conforme demonstrado na planilha abaixo.

Descrição	Unidade	Quant	Valor Unitário Mensal	Valor Mensal dos 05 Aparelhos	Valor Anual dos 05 Aparelhos	Valor Total no Período de 05 (cinco) Anos
Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	Assinatura	5	301,00	1.505,00	18.06,00	90.300,00

Nota: Os preços apresentados acima foram baseados em pesquisa feita no PNCP, onde identificamos o Termo de Contrato Nº 42/2025, firmado pelo Conselho Federal de Enfermagem – COFEN junto à Empresa Telefônica Brasil S.A., que segue anexado ao presente ETP.

7.2. Todavia, o valor estimado do objeto a ser contratado deverá ser ratificado pela Superintendência Central de Compras/SEMAC, por força de suas atribuições institucionais, que procederá a verificação dos preços ajustados nas fontes oficiais disponíveis na rede TCE/RJ, para fins de certificar a economicidade e consequentemente comprovando a vantajosidade na contratação, com base na Lei nº 14133/21.

7.3. A Cotação de Preços deverá ser peça integrante e indissolúvel do processo administrativo, constando do mesmo o resultado da pesquisa em Planilha de Preços.

## **8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O presente Estudo Técnico Preliminar visa à contratação, via Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, de serviço de mobilidade para comunicação de voz e dados móveis, na modalidade pós-paga corporativa, com abrangência nacional e internacional, inclusive em áreas com cobertura por meio de roaming.

A solução contempla a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), regulamentado pela ANATEL, com fornecimento de linhas móveis e planos de dados adequados ao uso institucional, bem como o fornecimento de aparelhos celulares, em regime de comodato.

Considerando o avanço tecnológico e a necessidade de conectividade contínua, os serviços contratados visam atender às demandas operacionais com eficiência, mobilidade e economicidade, com prazo estimado de 60 meses.

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso II do artigo 75, admite um período contratual máximo de 12 (doze) meses, sendo indicada apenas para contratações de menor vulto, de forma pontual e com valor limitado.

Entretanto, diante da necessidade contínua da Administração e da previsão de uso por um período de 60 (sessenta) meses, entende-se que o modelo de contratação por licitação é o mais adequado, garantindo regularidade, economicidade e planejamento a longo prazo, além de ampla competitividade e segurança jurídica no processo.

A contratação será realizada através do PREGÃO eletrônico, pelo julgamento do menor preço Global. A presente contratação encontra amparo no inciso I do artigo 28, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no disposto no Decreto Municipal nº 2.895, de 2023, que regulamenta a aplicação da referida norma no âmbito desta Administração, em especial o artigo 3º, inciso II.

## **9 – JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO**

Após análise técnica e econômica, concluiu-se que o parcelamento do objeto não é viável. A contratação em lote único, contemplando linhas móveis e aparelhos em comodato, assegura padronização tecnológica, suporte unificado e gestão contratual simplificada, evitando incompatibilidades e falhas operacionais. Além disso, as operadoras de telefonia geralmente vinculam planos a aparelhos em comodato, o que torna a contratação global mais econômica, enquanto o parcelamento poderia gerar sobrecustos e maior complexidade administrativa. Assim, a opção por lote único mostra-se a solução mais adequada, em consonância com as orientações do TCU e com os princípios da eficiência e economicidade da Administração Pública.

## **10 – RESULTADOS PRETENDIDOS**

A presente contratação, a ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico, tem como finalidade atender de forma contínua e eficiente às necessidades do Conselho Tutelar de Queimados, assegurando a manutenção da comunicação móvel de voz e dados, indispensável ao desempenho de suas atribuições legais. Pretende-se alcançar, como resultado, a racionalização e a otimização dos gastos públicos, por meio da contratação unificada dos serviços de mobilidade e do fornecimento de aparelhos em regime de comodato, garantindo previsibilidade orçamentária, maior transparência e mitigação de riscos de sobre preço ou superfaturamento, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Sob o ponto de vista operacional, a solução permitirá a disponibilidade contínua de comunicação móvel, assegurando que os Conselheiros e servidores estejam permanentemente acessíveis para atender às demandas da sociedade, especialmente em situações de urgência que envolvem a proteção de crianças e adolescentes. A utilização de dispositivos modernos, com acesso a dados móveis e aplicativos de gestão, resultará no aumento da produtividade institucional, na

redução de falhas operacionais e na agilidade dos processos de trabalho, refletindo em maior eficiência no desempenho das funções legais do Conselho Tutelar.

Do ponto de vista social, a contratação contribuirá diretamente para o fortalecimento da atuação do Conselho Tutelar, ampliando sua capacidade de resposta às demandas da comunidade e garantindo comunicação rápida e segura com órgãos da rede de proteção. Como consequência, haverá aprimoramento do atendimento ao cidadão e maior efetividade nas medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No aspecto ambiental, a contratação observa as diretrizes da Instrução Normativa nº 1/2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços. Além disso, a utilização de smartphones modernos, com menor consumo energético e maior durabilidade, contribui para a eficiência no uso de recursos naturais, reduz a necessidade de substituições frequentes e, consequentemente, diminui a geração de resíduos eletrônicos.

Por fim, a contratação reafirma o compromisso institucional com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, resultando na melhoria da imagem da Administração Pública perante a sociedade, na satisfação dos usuários internos Conselheiros e servidores e na entrega de um serviço público mais ágil, moderno e eficaz.

## **11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não se faz necessário que a Administração tome providências prévias a celebração do contrato.

## **12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Cabe ressaltar, o último contrato vigente venceu em 30 de agosto de 2025, respeitando o período de vigência estabelecido na legislação aplicável.

A contratação dos serviços de telefonia móvel, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, é autônoma e não depende de outros contratos ou aquisições complementares para a sua plena execução.

### **13 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

Dada a natureza do objeto contratação de serviços de telefonia móvel, em regime pós-pago, com fornecimento de aparelhos em comodato não se identificam impactos ambientais diretos, significativos ou de larga escala. Todavia, reconhece-se a existência de efeitos indiretos decorrentes do ciclo de vida dos equipamentos eletrônicos (smartphones e acessórios), notadamente relacionados à geração de resíduos eletroeletrônicos (REEE), consumo de energia elétrica e utilização de insumos para a fabricação dos dispositivos.

Com vistas à mitigação desses impactos, a contratação observará os princípios da **Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)**, as diretrizes da **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)**, bem como os critérios estabelecidos pela **Instrução Normativa nº 1/2010 – MPOG**, que dispõe sobre a incorporação de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas.

As principais medidas mitigadoras e compensatórias a serem consideradas são:

- **Eficiência energética:** priorização de aparelhos com maior durabilidade e menor consumo de energia.
- **Gestão de resíduos:** adoção de cláusulas contratuais que obriguem a empresa contratada a dar destinação ambientalmente adequada aos equipamentos substituídos, em conformidade com a PNRS.
- **Conformidade ambiental:** exigência de que a contratada esteja em dia com as normas dos órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA e congêneres).

Nesse contexto, os impactos ambientais relacionados ao objeto mostram-se de baixo potencial, reversíveis e mitigáveis, não comprometendo a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental da contratação. A observância das medidas propostas assegura a conformidade com a legislação vigente e reafirma o compromisso institucional da Administração Pública com a promoção da



sustentabilidade, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da governança responsável.

## **14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e ambiental.

### **Viabilidade Técnica:**

O objeto serviços de telefonia móvel pós-paga, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato encontra respaldo na necessidade institucional do Conselho Tutelar de Queimados, garantindo meios adequados de comunicação e disponibilidade permanente dos conselheiros. O mercado nacional dispõe de operadoras de grande porte, com cobertura nacional, capacidade técnica e experiência consolidada, o que assegura a execução regular do contrato.

### **Viabilidade Econômica:**

O setor de telecomunicações é altamente competitivo, permitindo a obtenção de preços vantajosos por meio da LICITAÇÃO, na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021. A forma de contratação unificada, por grupo, tende a gerar maior economia de escala, reduzir custos administrativos e evitar fragmentação indevida do objeto.

### **Viabilidade Jurídica:**

A contratação está amparada na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, em especial nos arts. 18, 24, 30 e 31, que dispõem sobre a necessidade do Estudo Técnico Preliminar, da análise de riscos e da demonstração de viabilidade. O objeto se enquadra como serviço comum de telecomunicações, estando apto a ser contratado via LICITAÇÃO, na modalidade de Pregão Eletrônico.

**Viabilidade Ambiental:**

Não se identificam impactos ambientais relevantes. Todavia, reconhece-se a geração de resíduos eletroeletrônicos, devendo a contratada adotar medidas de destinação ambientalmente adequada, em consonância com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Instrução Normativa nº 1/2010 – MPOG, que trata da inserção de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas.

**Conclusão:**

Diante do exposto, a contratação revela-se **plenamente viável** sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e ambiental, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e sustentabilidade, norteadores da Administração Pública, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Queimados, 22 de agosto de 2025.

**15 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO**

CARLOS DAVI FAJARDO OLIVEIRA

Diretor de Gestão do SUAS

**16 – DE ACORDO**

EDUARDO LOPES BARBOSA

Secretário Municipal de Assistência Social



**SEMAS**  
SECRETARIA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL





**SEMAS**  
SECRETARIA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

# **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Comunicação (Conselho Tutelar)**

**VERSÃO 1.0**

## **1 - INTRODUÇÃO**

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência.

## **2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - OBJETO DEMANDADO**

O Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e essencial ao sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990, art. 131). Sua atribuição central é zelar pelo cumprimento desses direitos, atuando sempre que forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da família, da sociedade ou do Estado (art. 98).

O artigo 136 do ECA prevê atribuições de caráter protetivo e resolutivo, que exigem disponibilidade permanente dos conselheiros, inclusive em regime de plantão, diante de situações urgentes como violência doméstica, maus-tratos, abandono, exploração sexual, evasão escolar ou uso de substâncias psicoativas. Para garantir resposta imediata, é indispensável que os conselheiros disponham de meios institucionais próprios de comunicação.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta, os direitos de crianças e adolescentes. Já o artigo 134 do ECA determina que a lei municipal deve garantir infraestrutura e condições adequadas ao pleno funcionamento do Conselho Tutelar, o que inclui recursos tecnológicos e logísticos que viabilizem a comunicação efetiva com a população e a rede de proteção.

Nesse sentido, a Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) reforça que o atendimento deve ocorrer de

forma ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana), exigindo que os conselheiros estejam acessíveis mesmo fora do expediente regular.

Portanto, a disponibilização de linhas de telefonia móvel institucional, acompanhadas de aparelhos celulares em comodato e demais canais de comunicação digital, constitui condição indispensável para a atuação eficiente do Conselho Tutelar.

Garantir ao Conselho Tutelar meios institucionais de contato direto com a sociedade e com os serviços públicos relacionados à infância e juventude é mais do que uma questão de logística trata-se de uma obrigação do poder público para assegurar a efetividade do sistema de garantias de direitos, conforme previsto no ECA e demais normativas vigentes. Negar ou negligenciar essa estrutura compromete diretamente a proteção de crianças e adolescentes e constitui violação indireta de direitos fundamentais.

### **3- ÁREA REQUISITANTE**

**Área requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)

**Responsável:** Eduardo Lopes Barbosa

### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para que o objeto da contratação — fornecimento de meios de comunicação próprios ao Conselho Tutelar, atenda plenamente à necessidade identificada, faz-se necessário observar um conjunto de requisitos técnicos e operacionais que assegurem a eficácia, a continuidade e a legalidade da atuação do órgão, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), pela Constituição Federal de 1988 (art. 227) e pela Resolução nº 170/2014 do CONANDA.

Em primeiro lugar, a solução contratada deverá incluir a disponibilização de linhas telefônicas móveis ativas com cobertura ampla no território nacional, inclusive em áreas periféricas ou rurais, de modo a garantir acesso contínuo, confiável e ininterrupto às comunicações, considerando o regime de plantão 24 horas estabelecido para os conselheiros tutelares. As linhas deverão estar atreladas a aparelhos celulares funcionais e atualizados, com capacidade técnica mínima para execução de chamadas, acesso à internet móvel (4G/5G), envio de mensagens instantâneas, uso de aplicativos institucionais e recebimento de arquivos e imagens, o que é essencial para a dinâmica do trabalho.



Além disso, os planos contratados deverão prever franquia mensal suficiente de dados móveis, bem como minutagem ilimitada para chamadas locais e interurbanas dentro do território nacional, a fim de viabilizar o contato entre conselheiros, a rede de proteção e demais órgãos públicos, como CRAS, CREAS, Ministério Público, Delegacia Especializada, Unidades de Saúde e instituições de acolhimento. É recomendável que o pacote contemple ainda a utilização de aplicativos de mensagens (como WhatsApp ou similares) sem consumo da franquia de dados, considerando que este é um dos principais meios de comunicação atualmente utilizados pelas instituições e pela população.

No tocante à qualidade do serviço, a contratada deverá comprovar regularidade e idoneidade técnica, mediante apresentação de certificações da ANATEL, relatórios de cobertura e canais institucionais de suporte técnico e atendimento. O fornecimento deverá obedecer aos prazos estabelecidos para instalação e ativação das linhas idealmente, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato e deverá incluir garantia de funcionamento, manutenção corretiva, troca de chip e aparelho em caso de defeito e suporte técnico remoto ou presencial, sem ônus adicional para a administração pública.

No que diz respeito à sustentabilidade ambiental, os aparelhos e acessórios fornecidos deverão observar critérios de eficiência energética (selo Procel ou similar), baixo impacto ambiental e destinação ambientalmente adequada de equipamentos inservíveis. Sempre que possível, recomenda-se que a contratada comprove adoção de práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento e descarte de eletrônicos, alinhando-se às diretrizes da Agenda 2030 da ONU e às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

É ainda necessário garantir que a contratação observe as normas técnicas da ABNT aplicáveis à telefonia e segurança de dados, bem como as exigências previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), especialmente no tocante ao sigilo de informações sensíveis relacionadas às crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar.

Por fim, a empresa contratada deverá manter canal de comunicação direto com a contratante, com resposta técnica para ocorrências que comprometam o funcionamento do serviço, além de apresentar manual de uso, termo de

responsabilidade e instruções de segurança digital para os servidores designados. Esses requisitos asseguram a funcionalidade, o desempenho esperado e a efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício do atendimento contínuo e humanizado às demandas do Conselho Tutelar.

Além desses requisitos apresentados, informamos que outros requisitos serão detalhados no Termo de Referência, abrangendo aspectos legais estabelecidos na lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar a aplicação efetiva dos critérios legais e a incorporação de ações socioambientais, especialmente no que tange à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos procedimentos licitatórios da Administração Pública.

Em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da instrução normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, recomenda-se que o fabricante e/ou fornecedor observe os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, sempre que possível:

- 1- Que os bens fornecidos sejam construídos, total ou parcialmente, por material reciclado, atóxico e/ou biodegradável, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 2- Que sejam atendidos os requisitos ambientais necessários à obtenção de certificação do INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental, em comparação aos seus similares;
- 3- Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricadas com materiais recicláveis, de modo a garantir a proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração superiores às estabelecidas pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e Éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### **4.1 – Requisitos Tecnológicos (Serviço de Mobilidade)**

##### **4.1.1 – Descrição**

Para a adequada prestação do serviço de mobilidade, a contratada deverá:

- Garantir a manutenção da habilitação individual dos acessos móveis;
- Permitir a portabilidade numérica dos números utilizados;
- Fornecer os aparelhos, em comodato, compatíveis com sua rede móvel, em quantidade compatível com a demanda do contratante.

O roaming nacional deverá ocorrer de forma automática, sem custo adicional e sem necessidade de habilitação específica em qualquer região do território nacional.

Além disso, a contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços, sem custos adicionais:

- Chamada em espera;
- Desvio de chamada;
- Consulta;
- Conferência;
- Identificação de chamadas;
- Correio de voz;
- Ícones de serviços como SMS e caixa postal;
- Recebimento de chamadas a cobrar.
- Habilitação da linha;
- Escolha ou troca de número;
- Atendimento a ocorrências de clonagem e respectivas sindicâncias;
- Bloqueio por extravio ou roubo e cancelamento da linha;
- Reativação de número;
- Secretária eletrônica;
- Chamadas adicionais;
- Atendimento em situações de deslocamento;
- Disponibilização de ferramenta online para consulta detalhada das faturas e consumo, com acesso para os gestores e fiscais do contrato.

O serviço deverá operar, no mínimo, em tecnologia 4G, devendo estar plenamente funcional em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

#### **4.1.2 – Características das Linhas Móveis**

A contratada deverá fornecer serviços de mobilidade com as seguintes características mínimas:

- Assinatura mensal de linha de voz com ligações locais ilimitadas para qualquer operadora;
- Recebimento de chamadas a cobrar;
- Envio ilimitado de mensagens SMS;
- Roaming nacional com franquia mensal ilimitada;
- Acesso à internet móvel com franquia mínima de 10 GB por mês.

#### **4.2 – Dispositivos Móveis**

Todos os dispositivos móveis deverão ser entregues à equipe de fiscalização de contratos da SEMAS, com a qual também serão tratadas eventuais ocorrências e substituições.

Os equipamentos, fornecidos em regime de comodato, deverão:

- Operar com a tecnologia mais recente comercializada pela operadora na área de cobertura local;
- Não constar na lista de equipamentos em processo de descontinuação pelo fabricante;
- Ser novos, sem uso prévio, homologados pela ANATEL;
- Não serão aceitos equipamentos usados, recondicionados ou com adaptações externas/internas.

Em caso de defeito de fabricação, os dispositivos e acessórios deverão ser substituídos por outros novos, originais, da mesma marca e modelo ou superior.

Em caso de perda, roubo, furto, extravio ou dano irreparável, a contratada deverá:

- Suspender e/ou bloquear o serviço imediatamente após a comunicação do contratante;
- Realizar a reposição do aparelho em até 10 (dez) dias corridos, após notificação formal da equipe de fiscalização.

- Prestação de suporte para habilitação, configuração e manutenção sem custo adicional;
- Recolhimento dos dispositivos no estado em que se encontrarem em até 90 dias após o término do contrato ou por ocasião de substituição.

#### **4.2.1- Especificações mínimas dos dispositivos móveis:**

- Tela de no mínimo 5,5 polegadas;
- Resolução mínima de 1080 x 2400 pixels;
- Tecnologia GSM / HSPA / LTE;
- Armazenamento interno mínimo de 64 GB e memória RAM de no mínimo 4 GB;
- Tela com tecnologia Super AMOLED ou OLED;
- Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac;
- Conector USB tipo C 2.0;
- Dual SIM (entrada para dois chips);
- Suporte a carregamento rápido de 20W;
- Bateria mínima de 4.500 mAh;
- Aparelhos nas cores preta, azul ou cinza.

#### **4.2.2 – Substituição dos Dispositivos Móveis**

A substituição dos dispositivos deverá ocorrer em virtude da evolução tecnológica, respeitando os requisitos técnicos e considerando os modelos mais atuais da categoria.

Deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a assinatura de Termo Aditivo de prorrogação do contrato, se houver.

#### **4.3 – Requisitos de Treinamento (Capacitação)**

Não será exigido treinamento aos usuários do serviço contratado.

#### **4.3.1 – Requisitos Legais, Sociais e Ambientais**

A empresa licitante deverá observar:

- A habilitação jurídica (conforme art. 66 da Lei nº 14.133/2021);
- A regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária (art. 68 da mesma lei).
- O decreto Municipal nº 2.892/2023, que regulamenta contratações no âmbito municipal;
- A CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);
- A Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- IN IBAMA nº 8/2012, para o descarte ambientalmente adequado de pilhas e baterias;
- A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), especialmente quanto ao tratamento e finalidade dos dados pessoais acessados ou tratados.

#### **4.3.2 – Requisitos de Manutenção**

A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento técnico em caso de defeitos nas linhas que impeçam chamadas de voz por:

- Telefone (com DDD do RJ ou 0800),
- E-mail e/ou sistema online.
- Receber um número de protocolo;
- Ter identificação do atendente responsável.
- O atendimento deverá funcionar em regime ininterrupto (24h, 7 dias por semana).

#### **4.3.3 – Requisitos de Prazo**

- A contratada deverá apresentar, em até 2 dias úteis após a assinatura do contrato, os dados do consultor de relacionamento (nome, telefone e e-mail);
- As faturas deverão ser entregues em formato digital, com detalhamento acessível por site autenticado, com antecedência mínima de 25 dias antes do vencimento;

- Até março do ano seguinte, deverá ser entregue a declaração anual de quitação de débitos, conforme Lei nº 12.007/2009.

#### **4.3.4 – Requisitos de Segurança da Informação**

A contratada deverá garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações da SEMAS, comprometendo-se a:

- Não divulgar, reproduzir ou fornecer a terceiros qualquer informação obtida durante a execução contratual, salvo mediante autorização formal;
- Manter o sigilo absoluto de todos os documentos e dados acessados, inclusive por parte de seus profissionais.
- Para garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas no âmbito desta contratação, a Contratada deverá observar não apenas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), mas também as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 9.637/2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação. Tais normas orientam a implementação de controles de segurança, gestão de riscos e boas práticas de governança da informação, assegurando a proteção dos dados pessoais e sensíveis de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar, bem como a conformidade legal e a mitigação de incidentes relacionados à segurança da informação.

#### **4.3.5 – Controle de Monitoramento**

A Contratada deverá manter registros detalhados (logs) e fornecer relatórios mensais de consumo das linhas móveis e dados móveis contratadas, incluindo, no mínimo:

- Chamadas realizadas e recebidas, com identificação de origem, destino e duração;
- Consumo de dados por linha, detalhando volume utilizado em aplicativos de comunicação e internet;
- Mensagens SMS enviadas e recebidas;



- Incidentes operacionais, como falhas de serviço ou interrupções;
- Registros de ativação, bloqueio, suspensão, substituição ou reposição de dispositivos.

Os relatórios deverão ser disponibilizados em formato digital, acessível ao Gestor e à equipe de fiscalização do contrato, garantindo transparência, controle de uso e segurança da informação, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis.

A não apresentação dos relatórios ou a inconsistência nos dados poderá implicar aplicação das penalidades previstas no contrato

## 5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Como não houve alteração na quantidade de Conselheiros Tutelares no município, a demanda permanece a mesma de processos anteriores, ou seja, 5 (cinco) linhas móveis e 5 (cinco) smartphones conforme demonstrado na planilha abaixo:

DESCRIÇÃO	UND	QUANTID
Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	Assinatura	5

## 6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Verificando a melhor maneira de escolher com viabilidade de mercado, promovendo o melhor aparelhamento tecnológico, efetuamos um comparativo entre as duas soluções abaixo:

- a) Comprar 5 (cinco) aparelhos telefônicos mais as assinaturas mensais de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB;
- b) Abrir um processo para contratação de Empresa especializada para assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de 05 (cinco) SMARTPHONE em comodato;

Considerando o levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificando técnica e economicamente, seguem a análise das duas soluções apresentadas:

**Solução a)** Considera-se inviável a aquisição de aparelhos celulares (compra) e contratações individuais dos planos de telefonia. Tal medida revela-se mais onerosa, uma vez que, além do alto custo inicial de aquisição dos equipamentos, haveria despesas recorrentes relacionadas à manutenção dos dispositivos e à gestão das linhas telefônicas.

Destaca-se que a tecnologia de telefonia móvel avança rapidamente, tornando os aparelhos suscetíveis à obsolescência em curto espaço de tempo, o que exigiria substituições frequentes, aumentando ainda mais os gastos públicos. Ademais, qualquer necessidade de reparo ou manutenção implicaria na abertura de novos processos administrativos, seja para contratação de serviços técnicos, seja para aquisição de peças ou novos aparelhos, ampliando a carga processual e gerando maiores custos operacionais.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição de aparelhos celulares mais à contratação de planos de telefonia individuais não se mostra vantajosa, nem atende aos princípios da economicidade, eficiência e racionalização dos gastos públicos, sendo recomendável a adoção de alternativas menos onerosas e operacionalmente mais simples para atender às necessidades administrativas.

**Solução b)** Se optarmos em contratar especializada para assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de 05 (cinco) SMARTPHONE em comodato, com toda responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva, sob a responsabilidade da empresa contratada, que será a responsável em manter todas as linhas e aparelhos em pleno funcionamento.

A contratação de empresa especializada para o **fornecimento de aparelhos telefônicos em regime de comodato**, com **linhas telefônicas já incluídas**, apresenta-se como a alternativa **mais ágil, eficiente e vantajosa** para a Administração Pública.

Tal modalidade elimina a necessidade de aquisição direta de aparelhos, evitando que o ente público arque com o ônus de manter equipamentos que, em razão da **rápida evolução tecnológica**, tornam-se **obsoletos em curto prazo**. No regime de comodato, cabe à contratada realizar a **substituição periódica** dos aparelhos, garantindo que a Administração disponha sempre de dispositivos atualizados e compatíveis com as demandas de serviço.

Adicionalmente, eventuais ocorrências de **perda, furto, dano ou defeito irreparável** não acarretam custos adicionais para o órgão contratante, uma vez que

a empresa contratada é responsável pela **reposição dos aparelhos**, assegurando continuidade na prestação dos serviços sem necessidade de abertura de novos processos para reparo ou compra.

A contratação com **linhas telefônicas já integradas ao serviço** também reduz procedimentos administrativos, pois dispensa a realização de múltiplos processos para aquisição de aparelhos, contratação de operadora, gestão de planos e contratação de serviços de manutenção.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação de empresa para fornecimento de telefones em comodato com linhas telefônicas inclusas **atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público**, configurando-se como a opção mais vantajosa para a Administração.

## 7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O preço total estimado pela Administração para a contratação objeto desse ETP, é de R\$ 90.300,00 (noventa mil e trezentos reais), para um Contrato de 05 (cinco) anos, conforme demonstrado na planilha abaixo.

Descrição	Unidade	Quant	Valor Unitário Mensal	Valor Mensal dos 05 Aparelhos	Valor Anual dos 05 Aparelhos	Valor Total no Período de 05 (cinco) Anos
Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	Assinatura	5	301,00	1.505,00	18.06,00	90.300,00

Nota: Os preços apresentados acima foram baseados em pesquisa feita no PNCP, onde identificamos o Termo de Contrato Nº 42/2025, firmado pelo Conselho Federal de Enfermagem – COFEN junto à Empresa Telefônica Brasil S.A., que segue anexado ao presente ETP.

7.2. Todavia, o valor estimado do objeto a ser contratado deverá ser ratificado pela Superintendência Central de Compras/SEMAC, por força de suas atribuições institucionais, que procederá a verificação dos preços ajustados nas fontes oficiais disponíveis na rede TCE/RJ, para fins de certificar a economicidade e consequentemente comprovando a vantajosidade na contratação, com base na Lei nº 14133/21.

7.3. A Cotação de Preços deverá ser peça integrante e indissolúvel do processo administrativo, constando do mesmo o resultado da pesquisa em Planilha de Preços.

## **8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O presente Estudo Técnico Preliminar visa à contratação, via Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, de serviço de mobilidade para comunicação de voz e dados móveis, na modalidade pós-paga corporativa, com abrangência nacional e internacional, inclusive em áreas com cobertura por meio de roaming.

A solução contempla a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), regulamentado pela ANATEL, com fornecimento de linhas móveis e planos de dados adequados ao uso institucional, bem como o fornecimento de aparelhos celulares, em regime de comodato.

Considerando o avanço tecnológico e a necessidade de conectividade contínua, os serviços contratados visam atender às demandas operacionais com eficiência, mobilidade e economicidade, com prazo estimado de 60 meses.

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso II do artigo 75, admite um período contratual máximo de 12 (doze) meses, sendo indicada apenas para contratações de menor vulto, de forma pontual e com valor limitado.

Entretanto, diante da necessidade contínua da Administração e da previsão de uso por um período de 60 (sessenta) meses, entende-se que o modelo de contratação por licitação é o mais adequado, garantindo regularidade, economicidade e planejamento a longo prazo, além de ampla competitividade e segurança jurídica no processo.

A contratação será realizada através do PREGÃO eletrônico, pelo julgamento do menor preço Global. A presente contratação encontra amparo no inciso I do artigo 28, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no disposto no Decreto Municipal nº 2.895, de 2023, que regulamenta a aplicação da referida norma no âmbito desta Administração, em especial o artigo 3º, inciso II.

## **9 – JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO**

Após análise técnica e econômica, concluiu-se que o parcelamento do objeto não é viável. A contratação em lote único, contemplando linhas móveis e aparelhos em comodato, assegura padronização tecnológica, suporte unificado e gestão contratual simplificada, evitando incompatibilidades e falhas operacionais. Além disso, as operadoras de telefonia geralmente vinculam planos a aparelhos em comodato, o que torna a contratação global mais econômica, enquanto o parcelamento poderia gerar sobrecustos e maior complexidade administrativa. Assim, a opção por lote único mostra-se a solução mais adequada, em consonância com as orientações do TCU e com os princípios da eficiência e economicidade da Administração Pública.

## **10 – RESULTADOS PRETENDIDOS**

A presente contratação, a ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico, tem como finalidade atender de forma contínua e eficiente às necessidades do Conselho Tutelar de Queimados, assegurando a manutenção da comunicação móvel de voz e dados, indispensável ao desempenho de suas atribuições legais. Pretende-se alcançar, como resultado, a racionalização e a otimização dos gastos públicos, por meio da contratação unificada dos serviços de mobilidade e do fornecimento de aparelhos em regime de comodato, garantindo previsibilidade orçamentária, maior transparência e mitigação de riscos de sobre preço ou superfaturamento, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Sob o ponto de vista operacional, a solução permitirá a disponibilidade contínua de comunicação móvel, assegurando que os Conselheiros e servidores estejam permanentemente acessíveis para atender às demandas da sociedade, especialmente em situações de urgência que envolvem a proteção de crianças e adolescentes. A utilização de dispositivos modernos, com acesso a dados móveis e aplicativos de gestão, resultará no aumento da produtividade institucional, na

redução de falhas operacionais e na agilidade dos processos de trabalho, refletindo em maior eficiência no desempenho das funções legais do Conselho Tutelar.

Do ponto de vista social, a contratação contribuirá diretamente para o fortalecimento da atuação do Conselho Tutelar, ampliando sua capacidade de resposta às demandas da comunidade e garantindo comunicação rápida e segura com órgãos da rede de proteção. Como consequência, haverá aprimoramento do atendimento ao cidadão e maior efetividade nas medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No aspecto ambiental, a contratação observa as diretrizes da Instrução Normativa nº 1/2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços. Além disso, a utilização de smartphones modernos, com menor consumo energético e maior durabilidade, contribui para a eficiência no uso de recursos naturais, reduz a necessidade de substituições frequentes e, consequentemente, diminui a geração de resíduos eletrônicos.

Por fim, a contratação reafirma o compromisso institucional com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, resultando na melhoria da imagem da Administração Pública perante a sociedade, na satisfação dos usuários internos Conselheiros e servidores e na entrega de um serviço público mais ágil, moderno e eficaz.

## **11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não se faz necessário que a Administração tome providências prévias a celebração do contrato.

## **12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Cabe ressaltar, o último contrato vigente venceu em 30 de agosto de 2025, respeitando o período de vigência estabelecido na legislação aplicável.

A contratação dos serviços de telefonia móvel, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato, é autônoma e não depende de outros contratos ou aquisições complementares para a sua plena execução.

### **13 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

Dada a natureza do objeto contratação de serviços de telefonia móvel, em regime pós-pago, com fornecimento de aparelhos em comodato não se identificam impactos ambientais diretos, significativos ou de larga escala. Todavia, reconhece-se a existência de efeitos indiretos decorrentes do ciclo de vida dos equipamentos eletrônicos (smartphones e acessórios), notadamente relacionados à geração de resíduos eletroeletrônicos (REEE), consumo de energia elétrica e utilização de insumos para a fabricação dos dispositivos.

Com vistas à mitigação desses impactos, a contratação observará os princípios da **Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)**, as diretrizes da **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)**, bem como os critérios estabelecidos pela **Instrução Normativa nº 1/2010 – MPOG**, que dispõe sobre a incorporação de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas.

As principais medidas mitigadoras e compensatórias a serem consideradas são:

- **Eficiência energética:** priorização de aparelhos com maior durabilidade e menor consumo de energia.
- **Gestão de resíduos:** adoção de cláusulas contratuais que obriguem a empresa contratada a dar destinação ambientalmente adequada aos equipamentos substituídos, em conformidade com a PNRS.
- **Conformidade ambiental:** exigência de que a contratada esteja em dia com as normas dos órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA e congêneres).

Nesse contexto, os impactos ambientais relacionados ao objeto mostram-se de baixo potencial, reversíveis e mitigáveis, não comprometendo a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental da contratação. A observância das medidas propostas assegura a conformidade com a legislação vigente e reafirma o compromisso institucional da Administração Pública com a promoção da



sustentabilidade, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da governança responsável.

## **14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e ambiental.

### **Viabilidade Técnica:**

O objeto serviços de telefonia móvel pós-paga, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato encontra respaldo na necessidade institucional do Conselho Tutelar de Queimados, garantindo meios adequados de comunicação e disponibilidade permanente dos conselheiros. O mercado nacional dispõe de operadoras de grande porte, com cobertura nacional, capacidade técnica e experiência consolidada, o que assegura a execução regular do contrato.

### **Viabilidade Econômica:**

O setor de telecomunicações é altamente competitivo, permitindo a obtenção de preços vantajosos por meio da LICITAÇÃO, na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021. A forma de contratação unificada, por grupo, tende a gerar maior economia de escala, reduzir custos administrativos e evitar fragmentação indevida do objeto.

### **Viabilidade Jurídica:**

A contratação está amparada na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, em especial nos arts. 18, 24, 30 e 31, que dispõem sobre a necessidade do Estudo Técnico Preliminar, da análise de riscos e da demonstração de viabilidade. O objeto se enquadra como serviço comum de telecomunicações, estando apto a ser contratado via LICITAÇÃO, na modalidade de Pregão Eletrônico.

**Viabilidade Ambiental:**

Não se identificam impactos ambientais relevantes. Todavia, reconhece-se a geração de resíduos eletroeletrônicos, devendo a contratada adotar medidas de destinação ambientalmente adequada, em consonância com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Instrução Normativa nº 1/2010 – MPOG, que trata da inserção de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas.

**Conclusão:**

Diante do exposto, a contratação revela-se **plenamente viável** sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e ambiental, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e sustentabilidade, norteadores da Administração Pública, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Queimados, 22 de agosto de 2025.

**15 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO**

CARLOS DAVI FAJARDO OLIVEIRA  
Diretor de Gestão do SUAS

**16 – DE ACORDO**

EDUARDO LOPES BARBOSA  
Secretário Municipal de Assistência Social



**SEMAS**  
SECRETARIA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO xxxx/2025**

Descrição	Unidade	Quant	Valor Unitário Mensal	Valor Mensal dos 05 Aparelhos	Valor Anual dos 05 Aparelhos	Valor Total no Período de 05 (cinco) Anos
Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	Assinatura	5	R\$ 382,80	R\$ 1.914,00	R\$ 22.968,00	R\$ 114.840,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO xxxx/2025**

**I. DADOS DA EMPRESA E REPRESENTANTES LEGAIS**

Razão Social do proponente:

CNPJ:

Endereço completo com CEP:

Telefone e endereço eletrônico (para contato):

Nome completo do representante legal:

Qualificação:

Nº. de CPF:

Endereço completo com CEP:

Telefone e endereço eletrônico (para contato):

Descrição	Unidade	Quant	Valor Unitário Mensal	Valor Mensal dos 05 Aparelhos	Valor Anual dos 05 Aparelhos	Valor Total no Período de 05 (cinco) Anos
Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	Assinatura	5				



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO xxxx/2025**

**DECLARAÇÃO**

**DECLARAMOS**, sob pena das sanções previstas no artigo 155, Inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025, que os representantes legais da sociedade empresária não têm vínculo de parentesco com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme orientação expressa no Informativo de Licitações e Contratos nº. 149 do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2420/2013 – Primeira Câmara, TC 008.748/2000-9).

Queimados, RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**  
**CARIMBO DA EMPRESA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**Processo administrativo nº 8391/2025-E**

Instrumento Contratual nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_,  
arquivado no Livro de Registro de  
Contratos nº \_\_\_\_/2025, às fls. \_\_\_\_ a  
\_\_\_\_\_.

Contrato administrativo que fazem entre si o  
**MUNICÍPIO DE QUEIMADOS** e a  
\_\_\_\_\_, referente a contratação de  
empresa especializada para Contratação de Serviço de  
mobilidade para comunicação de voz e dados móveis,  
com smartphones em comodato, para atendimento ao  
Conselho Tutelar do município. Assinatura mensal de  
linha de voz, com ligações locais para qualquer  
operadora, acesso à Internet móvel com franquia  
mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de  
SMARTPHONE em comodato.

O **MUNICÍPIO DE QUEIMADOS**, pessoa jurídica de direito público, criada  
pela Lei nº 1.779, de 21 de dezembro de 1990, com inscrição no CNPJ/MF nº  
39.485.412/0001-02, com sede na Avenida Mário Pati Júnior, nº 164-338, Vila Camarim,  
Queimados/RJ, CEP 26383-510, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representada pelo Secretário Municipal  
\_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da  
cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº  
\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, doravante denominado  
**CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº  
\_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, doravante designado  
**CONTRATADO**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, nacionalidade,





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

estado civil, profissão, portador da célula de identidade RG nº. \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o no. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2895/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, para **decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, referente ao Processo Administrativo nº 8391/2025-E**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a *Contratação de Serviço de mobilidade para comunicação de voz e dados móveis, com smartphones em comodato, para atendimento ao Conselho Tutelar do município. Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato*, conforme condições e exigências indicadas no Termo de Referência anexo ao edital do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_.

**1.1 Objeto da contratação:**

	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR TOTAL
<b>1</b>	Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais para qualquer operadora, acesso à Internet móvel com franquia mensal mínima de 10 GB, com fornecimento de SMARTPHONE em comodato	5	assinatura	
<b>VALOR</b>				

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de ..... (dias/meses/anos), contados do(a) emissão do memorando de início de serviços.

2.2. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do memorando de início, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. A prorrogação do contrato estará condicionada à verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS**

3.1. Para a adequada prestação do serviço de mobilidade, a Contratada deverá:

3.2. Garantir a manutenção da habilitação individual dos acessos móveis.

3.3. Permitir a portabilidade numérica dos números utilizados.

3.4. Fornecer aparelhos, em regime de comodato, compatíveis com sua rede móvel, em quantidade compatível com a demanda do Contratante.

3.5. Disponibilizar os seguintes serviços, sem custos adicionais:

3.5.1. Roaming nacional automático, sem custo adicional e sem necessidade de habilitação específica em qualquer região do território nacional;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

- 3.5.2. Chamada em espera;
- 3.5.3. Desvio de chamada;
- 3.5.4. Consulta;
- 3.5.5. Conferência;
- 3.5.6. Identificação de chamadas;
- 3.5.7. Correio de voz;
- 3.5.8. Ícones de serviços como SMS e caixa postal;
- 3.5.9. Recebimento de chamadas a cobrar;
- 3.5.10. Habilitação da linha;
- 3.5.11. Escolha ou troca de número;
- 3.5.12. Atendimento a ocorrências de clonagem e respectivas sindicâncias;
- 3.5.13. Bloqueio por extravio ou roubo e cancelamento da linha;
- 3.5.14. Reativação de número;
- 3.5.15. Secretária eletrônica;
- 3.5.16. Chamadas adicionais;
- 3.5.17. Atendimento em situações de deslocamento;
- 3.5.18. Disponibilização de ferramenta online para consulta detalhada das faturas e do consumo, com acesso para os gestores e fiscais do contrato.
- 3.6. O serviço deverá operar, no mínimo, em tecnologia 4G, devendo estar plenamente funcional em até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato
- 3.7. Prestação de contas: a empresa deverá fornecer relatórios mensais detalhados sobre recargas, saldo disponível e utilização dos cartões.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

- 3.8. Assinatura mensal de linha de voz com ligações locais ilimitadas para qualquer operadora.
- 3.9. Recebimento de chamadas a cobrar.
- 3.10. Envio ilimitado de mensagens SMS.
- 3.11. Roaming nacional com franquia mensal ilimitada.
- 3.12. Acesso à internet móvel com franquia mínima de 10 GB por mês.
- 3.13. Os dispositivos móveis deverão ser fornecidos em regime de comodato.
- 3.14. Os dispositivos deverão operar com a tecnologia mais recente comercializada pela operadora na área de cobertura local.
- 3.15. Os dispositivos não deverão constar na lista de equipamentos em processo de descontinuação pelo fabricante.
- 3.16. Os dispositivos deverão ser novos, sem uso prévio, e homologados pela ANATEL.
- 3.17. Não serão aceitos equipamentos usados, recondicionados ou com adaptações externas ou internas.
- 3.18. Em caso de defeito de fabricação, os dispositivos e acessórios deverão ser substituídos por outros novos, originais, da mesma marca e modelo ou superior.
- 3.19. Em caso de perda, roubo, furto, extravio ou dano irreparável, a Contratada deverá:
- 3.19.1. Suspender e/ou bloquear o serviço imediatamente após a comunicação do Contratante;
- 3.19.2. Realizar a reposição do aparelho em até 10 (dez) dias corridos, após notificação formal da equipe de fiscalização;
- 3.19.3. Prestar suporte para habilitação, configuração e manutenção, sem custo adicional.
- 3.20. Os dispositivos deverão ser recolhidos pela Contratada, no estado em que se encontrarem, em até 90 (noventa) dias após o término do contrato ou por ocasião de substituição.
- 3.21. Tela de, no mínimo, 5,5 polegadas.
- 3.22. Resolução mínima de 1080 x 2400 pixels.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

- 3.23. Tecnologia GSM / HSPA / LTE.
- 3.24. Armazenamento interno mínimo de 64 GB e memória RAM mínima de 4 GB.
- 3.25. Tela com tecnologia Super AMOLED ou OLED.
- 3.26. Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac.
- 3.27. Conector USB tipo C 2.0.
- 3.28. Dual SIM (entrada para dois chips).
- 3.29. Suporte a carregamento rápido de 20W.
- 3.30. Bateria mínima de 4.500 mAh.
- 3.31. Aparelhos nas cores preta, azul ou cinza.
- 3.32. A substituição dos dispositivos deverá ocorrer em virtude da evolução tecnológica, respeitando os requisitos técnicos e considerando os modelos mais atuais da categoria.
  - 3.32.1. A substituição deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a assinatura de Termo Aditivo de prorrogação do contrato, se houver.
- 3.33. A Contratada deverá disponibilizar canais de atendimento técnico em caso de defeitos nas linhas que impeçam chamadas de voz, por meio de:
  - 3.33.1. Telefone (com DDD do RJ ou 0800);
  - 3.33.2. E-mail e/ou sistema online;
  - 3.33.3. Fornecimento de número de protocolo;
  - 3.33.4. Identificação do atendente responsável.
- 3.34. O atendimento deverá funcionar em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana).
- 3.35. A Contratada deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, os dados do consultor de relacionamento (nome, telefone e e-mail).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

3.36. As faturas deverão ser entregues em formato digital, com detalhamento acessível por site autenticado, com antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias antes do vencimento.

3.37. Até março do ano subsequente, deverá ser entregue a declaração anual de quitação de débitos, conforme a Lei nº 12.007/2009.

3.38. A Contratada deverá garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações, comprometendo-se a:

3.38.1. Não divulgar, reproduzir ou fornecer a terceiros qualquer informação obtida durante a execução contratual, salvo mediante autorização formal;  
3.38.2. Manter o sigilo absoluto de todos os documentos e dados acessados, inclusive por parte de seus profissionais;  
3.38.3. Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e as diretrizes do Decreto nº 9.637/2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, assegurando a proteção de dados pessoais e sensíveis, especialmente de crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar;

3.38.4. A Contratada deverá manter registros detalhados (logs) e fornecer relatórios mensais de consumo das linhas móveis e de dados móveis contratadas, contendo, no mínimo:

- Chamadas realizadas e recebidas, com identificação de origem, destino e duração;
- Consumo de dados por linha, detalhando volume utilizado em aplicativos de comunicação e internet;
- Mensagens SMS enviadas e recebidas;
- Incidentes operacionais, como falhas de serviço ou interrupções;
- Registros de ativação, bloqueio, suspensão, substituição ou reposição de dispositivos.

3.38.5 Os relatórios deverão ser disponibilizados em formato digital, com acesso ao Gestor e à equipe de fiscalização do contrato, garantindo transparência, controle de uso e segurança da informação, em conformidade com a LGPD e demais normas aplicáveis.

3.39. Os serviços de que tratam a cláusula primeira deste Contrato contemplam: Linhas telefônicas móveis ativas com cobertura ampla no território municipal, inclusive em áreas periféricas ou rurais, de modo a garantir acesso contínuo, confiável e ininterrupto às comunicações, considerando o regime de plantão 24 horas estabelecido para os conselheiros tutelares.

3.40. As linhas deverão estar atreladas a aparelhos celulares funcionais e atualizados, com capacidade técnica mínima para execução de chamadas, acesso à internet móvel



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

(4G/5G), envio de mensagens instantâneas, uso de aplicativos institucionais e recebimento de arquivos e imagens.

3.41. Franquia mensal suficiente de dados móveis, bem como minutagem ilimitada para chamadas locais e interurbanas dentro do território nacional.

3.42. Utilização de aplicativos de mensagens (como WhatsApp ou similares) sem consumo da franquia de dados.

3.43. Comprovação de regularidade e idoneidade técnica, mediante apresentação de certificações da ANATEL, relatórios de cobertura e canais institucionais de suporte técnico e atendimento.

3.44. Garantia de funcionamento, manutenção corretiva, troca de chip ou aparelho em caso de defeito e suporte técnico remoto ou presencial, sem ônus adicional.

3.45. Observação das normas técnicas da ABNT aplicáveis à telefonia e segurança de dados, bem como as exigências previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), especialmente no tocante ao sigilo de informações sensíveis relacionadas às crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar.

3.46. Canal de comunicação direto com a contratante, com resposta técnica para ocorrências que comprometam o funcionamento do serviço, além de apresentar manual de uso, termo de responsabilidade e instruções de segurança digital.

3.47. A entrega dos dispositivos será integral, em parcela única, aptos para instalação e ativação das linhas, idealmente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato.

3.48. Os dispositivos deverão ser entregues acompanhados dos respectivos SIM CARDS, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Otília, nº 1496 – Centro – Queimados – RJ – CEP: 26.383-090.

3.49. Os dispositivos deverão ser entregues em perfeitas condições, conforme normas e legislações vigentes, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo e procedência.

3.50. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação pela contratante, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.51. Todos os custos referentes à entrega deverão ocorrer por conta da contratada.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

3.52. A garantia dos dispositivos móveis deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.53. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

3.54. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria contratada ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.55. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.56. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

3.57 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.58 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser anotadas mediante simples apostila.

3.59. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.60. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, entre outros aspectos.

3.61. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.62. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual para assegurar o cumprimento de todas as condições estabelecidas, de modo a garantir os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

3.63. O fiscal técnico do contrato registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição das providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

3.64. Constatada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato expedirá notificações para correção da execução contratual, fixando prazo para saneamento (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

3.65. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandarem decisão ou providências que extrapolem sua competência, para adoção das medidas cabíveis (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

3.66. Na ocorrência de fatos que possam inviabilizar a execução do contrato nos prazos estabelecidos, o fiscal técnico comunicará imediatamente o gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

3.67. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação, quando cabível (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

3.68. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, I e II).

3.69. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para solução do problema, reportando ao gestor do contrato as situações que ultrapassem sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

3.70. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento com todos os registros formais da execução contratual, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações, elaborando relatório para avaliação da necessidade de adequações contratuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.71. O gestor do contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais do contrato, relativos às ocorrências e às medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que extrapolem sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.72. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais problemas que comprometam a liquidação da despesa em relatório de riscos (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

3.73. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, com registro do desempenho do contratado e de eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.74. O gestor do contrato adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.75. O gestor do contrato elaborará relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que motivaram a contratação e eventuais medidas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

3.76. O gestor do contrato encaminhará ao setor competente a documentação necessária à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com base nos valores apurados pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor total do Contrato é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

6.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14133/21, deverão ser efetuados no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados da data da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada nos arts. 66, 68, 69 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

6.18  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140, I, “a”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Será considerado para fins de recebimento:

7.2.1. o serviço que se encontrar em operação atendendo à finalidade a que se destina;

7.2.2. os aparelhos fornecidos em comodato que atendam à configuração mínima descrita nos itens 4.20 a 4.30 e que estejam em funcionamento de acordo com as condições estabelecidas.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório dos serviços, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e da qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório, nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como os demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e da quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e pela gestão.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

8.3. Notificar a Contratada por escrito ou por meio de canal de comunicação por voz, envio de e-mail ou outro meio com evidências passíveis de armazenamento, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, nem por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos serviços.

9.3. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta contratação, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas e da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

9.4. Atender às determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE.

9.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo determinado pela Fiscalização.

9.6. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa execução dos serviços.

9.7. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante todo o prazo de execução contratual.

9.8. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato, assim como a substituição dos materiais recusados, sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.9. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução desta contratação, eximindo a CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida.

9.10. Indicar, nas notas fiscais emitidas, o efetivo período do mês que está sendo faturado.

9.11. Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, além de assegurar o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.

9.12. Fornecer atendimento prioritário, tanto telefônico quanto por endereço eletrônico, para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE e/ou a quem esta designar atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, com protocolo de atendimento.

9.13. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9.14. Caso a CONTRATADA venha a disponibilizar nova tecnologia e funcionamento, a CONTRATANTE poderá solicitar a migração, sem ônus, para essa tecnologia, a qualquer tempo, desde que os equipamentos tenham suporte para a mesma. Caso contrário, essa nova tecnologia deverá ser fornecida para incrementos de novos acessos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

9.15. Apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou OpenOffice Calc ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TXT, incluindo detalhes de chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, entre outros) e o valor do serviço, contendo todos os tributos e encargos, inclusive impostos e taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

9.16. O detalhamento da fatura dos serviços de chamada de voz deverá conter, no mínimo:

- 9.16.1. Área de registro de origem;
- 9.16.2. Área de registro ou localidade de destino;
- 9.16.3. Número chamado e chamador;
- 9.16.4. Data e horário (hora, minuto e segundo) do início da chamada;
- 9.16.5. Duração da chamada (hora, minuto e segundo);
- 9.16.6. Tipo de serviço cobrado (VC1, VC2, VC3 etc.);
- 9.16.7. Valor da chamada, em reais;
- 9.16.8. Registros das ligações custo zero;
- 9.16.9. Todos os tipos de ligações.

9.17. O detalhamento da utilização do serviço de dados poderá ser solicitado à CONTRATADA esporadicamente, devendo ser enviado em até 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, em formato eletrônico compatível com o descrito no subitem 8.15.

9.18. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

8.19. Garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados e conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, no mínimo dentro de sua rede de telecomunicações, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo das telecomunicações.

9.20. Providenciar o serviço referente a bloqueio quando solicitado pela CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA cobrar por ligações e/ou serviços a partir da referida



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

solicitação. A cobrança somente poderá ocorrer após solicitação de desbloqueio pela CONTRATANTE e o restabelecimento completo da prestação do serviço.

9.21. Atender às solicitações de serviços de habilitação, troca de número ou qualquer outro tipo de serviço eventualmente solicitado, somente mediante autorização do gestor do contrato.

9.22. No caso de roubo ou furto, deverá ser apresentado Boletim de Ocorrência, sendo o equipamento (chip e/ou aparelho) substituído sem custo para a CONTRATANTE.

9.22.1. Deverão ser repostos 60% (sessenta por cento) dos boletins de ocorrência apresentados.

9.22.2. Quando o equipamento (chip e/ou aparelho) apresentar defeito de fábrica, seu reparo ou substituição deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação à CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.23. O serviço objeto desta contratação deverá ser disponibilizado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, ressalvadas as hipóteses de interrupções programadas.

9.24. Na hipótese de ocorrência de interrupções no recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

10.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.2. Advertência;

11.3. Multa;

11.4. Pelo atraso no início do objeto do contrato, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, devidamente atualizado, por dia de atraso, independentemente de eventual rescisão contratual, a critério da Administração, nos termos do art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.5. Pela rescisão unilateral do contrato pela Contratada, sem justa causa, o que caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do Contrato, devidamente atualizado;

11.6. Pelo descumprimento das demais condições fixadas no Termo de Referência e no Contrato e não abrangidas pelas alíneas anteriores, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, para cada evento, devidamente atualizado, independentemente de eventual rescisão contratual, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;

11.7. A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, ensejando a aplicação de multa ao adjudicatário de 20% (vinte por cento) sobre o valor previsto no Contrato;

11.8. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública por até 5 (cinco) anos e descredenciamento, pelo prazo de até cinco anos, quando:

11.9. Apresentar documentos falsos ou falsificados;

11.10. Praticar atos ilícitos com o objetivo de fraudar a execução do contrato;

11.11. Cometer falhas ou fraudes na execução do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

- 11.12. Sofrer condenação definitiva pela prática de fraude fiscal; e
- 11.13. Praticar atos ilícitos que demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a União, Estados e Municípios, em especial o Município de Queimados;
- 11.14. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;
- 11.15. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;
- 11.16. A sanção prevista na alínea “10.1.1” do subitem 10.1 poderá ser aplicada juntamente com a do inciso “10.1.2”, mediante decisão fundamentada, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 11.17. No caso de aplicação das sanções estabelecidas no subitem 10.1 deste Termo de Referência, assim são definidas as possíveis faltas cometidas pela Contratada:
- 11.18. *Faltas Leves*: puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e, a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada;
- 11.19. *Faltas Graves*: puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multas, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos aos serviços da Administração, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato, notadamente em decorrência de conduta culposa da Contratada;
- 11.20. *Faltas Gravíssimas*: puníveis com a aplicação das penalidades de multas e impedimento de licitar e contratar com a União, Distrito Federal, Estados e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando a execução do contrato em decorrência de conduta culposa ou dolosa da Contratada;
- 11.21. Ao longo do período contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação, pela Administração, de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade, cujo fato de a Administração relevar qualquer falta não implicará novação;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

11.22. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo Gestor do Contrato;

11.23. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou da garantia prevista no Contrato, ou recolhidas à conta corrente da Administração Pública, através da Secretaria de Fazenda do Município, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de publicação do ato de punição, ou, ainda, quando for o caso, poderão ser cobradas judicialmente, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021;

11.24. As atualizações das multas serão feitas com base no IGP-M (FGV);

11.25. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Prefeito, devidamente justificado;

11.26. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo e sem a devida motivação, devendo a Contratada ser notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação;

11.27. Das penalidades de que trata o Termo de Contrato, cabe recurso ou pedido de reconsideração, conforme o caso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

12.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, descrito no processo licitatório.

12.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

12.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021; e
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo **CONTRATANTE**, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

13.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

13.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

13.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

13.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

13.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

13.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

13.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

14.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de ....., assim classificadas:

PROGRAMA DE TRABALHO: \_\_\_\_\_;  
FONTE: \_\_\_\_\_;  
ELEMENTO DE DESPESA: \_\_\_\_\_;  
EMPENHO nº. \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

17.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Estado, em atenção ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 5.27/2009.

17.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS**  
**Secretaria Municipal de Aquisições e Contratos**

17.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Queimados-RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Queimados, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_**  
**GESTORA DO CONTRATO**

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADO**